



<https://doi.org/10.47456/simbitica.v12i1.44687>

Comer é um ato político: ativismos alimentares e a construção do Banquete em Belo Horizonte

Eating is a political act: food activisms and the construction of Banquete in Belo Horizonte

Comer es un acto político: activismos alimentarios y la construcción del Banquete en Belo Horizonte

Gabriel Mattos Ornelas

Universidade Federal de Minas Gerais

Melissa Luciana de Araújo

Universidade Federal de Minas Gerais

Bruno Dias Magalhães

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo O presente artigo busca descrever e analisar os repertórios de ação mobilizados no Banquete promovido em Belo Horizonte para a defesa do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) no ano de 2019. A partir de análise documental e de entrevistas semiestruturadas com atores-chave, identificou-se na performance deste ato-comensalidade aspectos inovadores na mobilização dos repertórios, tais como a participação institucionalizada, o ativismo burocrático, a política de proximidade, a ação direta e o consumo alimentar. Conclui-se que o Banquete representou uma coalizão temporária de duas gerações de ativismo alimentar — a primeira relacionada à politização da alimentação na esfera institucional e a segunda, à politização da comida e do comer através de novas estratégias políticas, éticas e estéticas. Tal coalizão, por sua vez, revelou aprendizado mútuo e divergências. A pesquisa sugere que a categoria de gerações de ativismo pode auxiliar no refinamento teórico para a compreensão da mudança de repertórios de interação e de politização da alimentação no Brasil.

Palavras-chave: Ativismo alimentar; Repertórios de Interação; Segurança alimentar e nutricional; Banquete.



Abstract The paper seeks to describe and analyze the repertoires of action mobilized at the *Banquete* promoted in Belo Horizonte to defend the National Council for Food and Nutritional Security (CONSEA) in 2019. Based on documentary analysis and semi-structured interviews, we identify innovative aspects in the mobilization of repertoires performed by this “act-commensality”, namely: institutionalized participation, bureaucratic activism, proximity politics, direct action and food consumption. We conclude that *Banquete* represented a temporary coalition of two generations of food activism — the first related to the politicization of food in the institutional sphere and the second to the politicization of food and eating through new political, ethical and aesthetic strategies. This coalition, in turn, revealed mutual learning and divergences. The research suggests that the category of generations of activism can help in theoretical refinement to understand the change in interaction repertoires and politicization of food in Brazil.

Palavras-chave: Food Activism; Repertoires of interaction; Food and nutrition security; Banquete.

Resumen El artículo busca describir y analizar los repertorios de acción movilizados en el *Banquete* promovido en Belo Horizonte para defender el Consejo Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional (CONSEA) en 2019. A partir del análisis documental y de entrevistas semiestructuradas, identificamos aspectos innovadores en la movilización de repertorios realizados por este “acto-comensalidad”, a saber: participación institucionalizada, activismo burocrático, políticas de proximidad, acción directa y consumo de alimentos. Concluimos que el *Banquete* representó una coalición de dos generaciones de activismo alimentario — la primera relacionada con la politización de la comida en el ámbito institucional y la segunda con la politización de la comida y el comer a través de nuevas estrategias políticas, éticas y. Dicha coalición, por su vez, ha revelado mutuo aprendizaje y divergencias. La investigación sugiere que la categoría de generaciones de activismo puede contribuir con el refinamiento teórico para comprender el cambio en los repertorios de interacción y la politización de la alimentación en Brasil.

Palabras-chave: Activismo Alimentario; Repertorios de interacción; Seguridad alimentaria y nutricional; Banquete.

Recebido em 27-05-2024

Modificado em 03-07-2024

Aceito para publicação em 22-09-2024

Introdução

A ampliação da agenda conservadora e neoliberal no Brasil a partir de 2016 caracterizou-se pela despriorização de políticas sociais, extinção de espaços de participação institucionalizada e redução do diálogo entre os movimentos sociais e o governo. O novo contexto alterou os padrões de interação socioestatal, ou seja, a mútua constituição entre a sociedade civil e a esfera estatal estabelecida no país com a experiência dos governos Lula e Dilma. Constitui-se, portanto, período relevante para a investigação sobre a construção e a transformação dos repertórios de interação estado-sociedade (Abers, Serafim & Tatagiba, 2014; Almeida, Vieira & Kashiwakura, 2020).

Tomando o caso da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), realizada por meio da medida provisória de 1º de janeiro de 2019 (MP 870/2019), como marco ilustrativo desta alteração para o ecossistema de políticas públicas alimentares, o presente trabalho analisa os repertórios de ação coletiva acionados na principal reação da sociedade civil, as demonstrações denominadas Banquetes. De acordo com André Luzzi (Minestrone, 2021), o Banquete é um ato de comensalidade, um ato de comer juntos que se baseia na colaboração de uma diversidade de atores e sujeitos, e que tem como centralidade a comida de verdade, ou seja, o alimento saudável conectado ao sistema da segurança alimentar. Atento às dimensões culturais da alimentação, que reproduz e constrói sentidos, significações, crenças, conhecimentos, práticas (Dias & Luzzi, 2020), o Banquete representa a construção de novas formas de expressão e cultura política do ativismo alimentar contemporâneo (Dória & Azevedo, 2019).

Neste artigo, analisamos o caso do Banquete ocorrido em Belo Horizonte, em 27 de fevereiro de 2019. O ato foi coincidente com eventos semelhantes realizados em outras 40 cidades brasileiras, fruto de uma articulação nacional que envolveu redes de movimentos sociais, ativistas e atores estatais em defesa do CONSEA. No caso belo-horizontino, o Banquete consistiu em uma demonstração simbólica dos múltiplos aspectos relacionados à exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), por meio da preparação comunitária de um banquete (almoço) oferecido à população na parte inferior do viaduto Santa Tereza, localizado no baixo centro da cidade. Esse ato, isto é, essa performance política utilizou-se de alimentos doados, em sua maioria de origem agroecológica, preparados com o apoio de cozinheiras, profissionais da gastronomia, nutrição, entre outras áreas de conhecimento. As refeições foram servidas em folhas de bananeiras e recipientes alternativos para consumo no local, evidenciando dimensões estéticas e políticas da comida e das práticas alimentares. O Banquete também contou com apresentações culturais e discursos de ativistas e políticos progressistas em defesa do CONSEA e da exigibilidade do DHAA.

A análise proposta parte do registro histórico do processo político que leva à articulação do Banquete enquanto performance inovadora no âmbito dos repertórios do ativismo alimentar brasileiro. A hipótese que articulamos é que há um processo contextualmente situado de transformação e difusão dos repertórios do ativismo alimentar

no Brasil, que pode ser identificado a partir de duas gerações que revelam padrões distinguíveis e específicos de relacionamento com o Estado (Portilho, 2020). Tal processo encontra-se em plena adaptação e busca responder aos desafios estruturais e conjunturais da insegurança alimentar e nutricional, inicialmente, e da soberania alimentar, de maneira mais ampla, entendidas como um problema a ser endereçado. Nesta linha, o Banquetaço não só é compreendido como um produto histórico desta adaptação, mas uma arena de reprodução e transformação do processo em si.

Noutras palavras, nosso argumento é que o Banquetaço, na sua dimensão performática de ato-comensalidade, combina elementos distintos de ambas as gerações do ativismo alimentar, alguns dos quais ainda não plenamente reconciliados. Ao fazê-lo, o Banquetaço permite captar o contexto em operação (Gurza Lavallo *et al.*, 2019)¹, pois articulado em resposta emergencial frente ao desmantelamento do CONSEA e da política de segurança alimentar e nutricional, acabou por reunir distintos atores do campo alimentar em uma coalizão espontânea que, ao menos momentaneamente, suspendeu eventuais conflitos e diferenças, permitindo uma experimentação *sui generis* no caso de Belo Horizonte (doravante Banquetaço-BH).

Para apresentar a origem e difusão do Banquetaço no Brasil e a defesa do CONSEA no município de Belo Horizonte, o artigo recorreu à: i) pesquisa e análise documental de conteúdo das reportagens do surgimento do movimento do Brasil e dos documentos disponíveis no blog do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG²), que registrou toda a trajetória de mobilização para construção dos repertórios utilizados pela sociedade civil durante o Banquetaço-BH, bem como das relatorias disponibilizadas pela comissão de organização; seguida da ii) realização de 4 entrevistas semiestruturadas, de junho a agosto de 2020 com atores-chaves da organização do ato e que participaram do evento.

Em relação aos documentos do blog do CONSEA, foi feita a análise de conteúdo de 9 postagens/notícias que apresentavam as seguintes características e temáticas: convites da Equipe Organizadora do Banquetaço MG; informes da oficina de construção de materiais para o ato (faixas, cartazes, e standartes de luta); formulário para inscrição de voluntários para contribuir com a realização do ato; vídeo e imagens do GT de Comunicação³; divulgação das entrevistas e nota de agradecimento⁴. A análise documental teve o intuito de traçar o processo de organização do ato, identificar os repertórios de

¹ Como se verá adiante, os autores afirmam que a ação mutuamente constitutiva de agentes estatais e da sociedade civil podem sedimentar-se em domínios de agência, isto é, espaços institucionais que privilegiam determinadas competências, capacidades e sensibilidades cognitivas. Segundo esse modelo, o contexto político-institucional, portanto, não é mera variável exógena, mas opera por meio de mecanismos na construção histórica dos repertórios de interação entre Estado e sociedade. São justamente esses mecanismos contextuais em operação que se busca analisar com o artigo, com a intenção de evidenciar a potencial gênese de um novo repertório, bem como os conflitos decorrentes.

² Disponível em <http://conseaminas.blogspot.com/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

³ Disponível em <https://conseaminas.blogspot.com/2019/02/banquetaco-volta-consea.html>. Acesso em: 12 ago. 2024.

⁴ Disponível em https://conseaminas.blogspot.com/2019/03/nota-de-agradecimento_4.html. Acesso em: 12 ago. 2024.

interação Estado-sociedade e compreender as estratégias discursivas e práticas utilizadas para defesa do conselho.

Já as entrevistas, tiveram o objetivo de compreender as diversas percepções sobre a construção, os sentidos e os efeitos do protesto. As pessoas entrevistadas foram escolhidas por terem participado ativamente, seja do processo de organização ou mesmo no dia do Banquetaço-BH. Todas são residentes e com trajetória de atuação no município. Também foi considerada a atuação na pauta da segurança alimentar e nutricional, em diferentes espaços de participação (controle social, gestão pública e ativismo em distintos movimentos sociais), e a representatividade de gênero das pessoas entrevistadas. No início das entrevistas, foi informado o intuito da pesquisa e solicitada a autorização para realização das gravações. Posteriormente, as entrevistas foram transcritas com a preservação da identidade das entrevistadas. Após a realização de repetidas leituras, foram extraídos fragmentos de fala que representam as percepções sobre os efeitos do protesto e as questões centrais desta pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, este é um estudo de caso selecionado na variável dependente, isto é, por aquilo que se deseja demonstrar. Nesse sentido, não há elementos que permitam a extrapolação dos resultados para outros estudos. O trabalho tem objetivos descritivos, conectados ao entendimento de determinado fenômeno, constituindo-se em uma pesquisa de caráter exploratório. O restante deste artigo se dividirá em três seções. Primeiramente, serão apresentados o marco teórico e os principais conceitos que fundamentam a pesquisa, conectando o debate sobre ativismo alimentar no Brasil com os repertórios de interação, por meio da noção de gerações de ativismo alimentar. A segunda seção analisa o histórico de construção do Banquetaço em Belo Horizonte, localizando a inversão dos elementos que levaram a uma aproximação de duas gerações, em defesa do CONSEA. Na terceira seção, serão analisadas as performances articuladas nessa defesa, destacando as contribuições de cada uma das gerações de ativismo, bem como as inovações, as divergências e os aprendizados observados. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as agendas decorrentes.

Ativismo alimentar e repertórios de interação Estado-sociedade

As temáticas da fome, da alimentação e da segurança alimentar e nutricional apresentam uma longa trajetória de desenvolvimento no Brasil, a partir de diversas ações realizadas por ativistas, movimentos sociais e partidos políticos. Essa convergência de temas em repertórios de mobilização política tem sido denominada como ativismo alimentar, definido como:

(...) um fenômeno social amplo, cujo elemento motor e de mobilização social passa pela modificação de práticas agrícolas, comerciais e alimentares, pela construção de mercados e pela formulação e implementação de políticas públicas e regulatórias, visando a, em alguma medida, transformar o sistema alimentar, o ambiente alimentar e as práticas alimentares, a partir de amplos e conflituosos espectros políticos, em diferentes escalas e configurações sociais (Schubert & Portilho, 2023:23).

De acordo com Portilho (2020), o ativismo alimentar no Brasil pode ser compreendido a partir de duas gerações: a primeira relacionada à politização da alimentação na esfera institucional e a segunda, à politização da comida e do comer através de novas estratégias políticas, éticas e estéticas. Compreendemos essas gerações tanto na perspectiva de sucessões históricas como em suas diversas formações e atualizações sociopolíticas, identitárias e culturais específicas, que coexistem em um mesmo período e região geográfica.

A primeira geração de ativismo no Brasil teve um papel fundamental na formulação de críticas éticas sobre a fome e na politização da alimentação na esfera institucional, tendo como principais representantes os “ativistas da área de saúde (médicos e nutricionistas), economistas, gestores públicos, cientistas políticos e organizações assistencialistas, incluindo as de cunho religioso” (Portilho, 2020:414). Historicamente, essa geração confiou seus esforços na construção, via política partidária, de ações estatais de combate à fome. Em linhas gerais, sua aposta concentrou-se na consolidação do direito à alimentação adequada, cujo responsável pela provisão é o Estado.

Já a segunda geração possibilitou a ampliação das questões e temáticas sobre a alimentação e a fome, com a elaboração de novas estratégias políticas e estéticas. De maneira geral, a segunda geração apresenta uma aposta cultural, com enfoque local, aliada a críticas às corporações agroalimentares e a denúncias estruturais da sociedade. Segundo Portilho (2020), as temáticas levantadas por essa geração incluem a politização da comida e do comer, a noção de alimentação adequada, a pauta ambiental e climática, o papel do consumidor e de novos atores sociais e ambientais vinculados à agroecologia, à gastronomia e aos movimentos sociais do campo.

Enquanto a primeira geração influencia o desenvolvimento da política de segurança alimentar no Brasil, ilustrada pela criação do CONSEA em 1993 e, posteriormente, pela instituição do Programa Fome Zero em 2003, a segunda geração retoma temas e mobilizações políticas do bem-viver ligados à década de 1960, incorporando ao ativismo alimentar, a produção agroecológica, a temática ambiental, o acesso à terra, a reforma agrária, a cultura alimentar do campo, dos povos originários e do urbano, entre outros (Portilho, 2020). Ainda em relação à segunda geração, suas ideias chegam a pautar algumas atuações do estado brasileiro, notadamente o Programa Ecoforte — Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica, no âmbito da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica — Pnapo (Schmitt *et al.*, 2020), bem como publicações e seminários do CONSEA, sobretudo no pós-2012. Sem embargo, sua atuação, em sentido amplo, difunde-se por uma miríade de intervenções concretizadas por organizações da sociedade civil, fóruns e articulações nacionais, que se organizam horizontalmente promovendo e ocupando espaços simbólicos como o Fórum Social Mundial e, mais recentemente, os Encontros Nacionais de Agroecologia, entre outros.

Como se nota, as gerações de ativismo alimentar utilizam estratégias distintas para politizar a alimentação, configurando uma trajetória histórica de configuração e mudança nos repertórios de ação. O conceito de repertório foi elaborado por Tilly (2008) no âmbito da Teoria do Processo Político para descrever o processo de relação entre grupos de pessoas que atuam na busca de interesses compartilhados com o Estado, consistindo em

rotinas e/ou processos de negociação e luta⁵. Os repertórios manifestam-se a partir de diversas performances — passeatas, atos públicos, denúncias e anúncios realizados pela sociedade civil — que, apreendidas e transformadas historicamente pelos atores sociais, rearticulam-se de forma inovadora. Tais performances são em simultâneo modulares, uma vez que possuem características comuns em suas distintas expressões, e singulares, na medida em que são apropriadas pelas ações que as reinterpretam - às vezes por meio do improviso - segundo a cultura local (Alonso, 2012).

A noção de estruturas de oportunidades políticas (EOP), compreende os repertórios a partir de uma perspectiva de confronto político de reivindicações e lutas, limitados por fatores relacionados ao contexto estrutural e cultural, produzindo oportunidades e restrições políticas para a ação (Tilly 2008; Tarrow, 2009). Contudo, a perspectiva da Teoria do Processo Político, por se estruturar a partir da dimensão do conflito político, descuidou da interação cooperativa existente entre a sociedade e o Estado, abordando “a sociedade civil e o Estado como esferas rigidamente separadas, estanques, autônomas e dicotômicas, ignorando tais esferas como produto de um processo dinâmico e contingente de mútua constituição” (Carlos, 2015:16).

Através do diálogo com as principais produções nacionais e internacionais, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) apresentam os limites do conceito de EOP para o contexto brasileiro e propõem o conceito de repertório de interação entre Estado e sociedade civil. Conforme a perspectiva relacional, os movimentos sociais brasileiros negociam frequentemente com o Estado e atuam também por dentro das instituições estatais, principalmente em subsistemas de políticas públicas. Nesse sentido, o conceito de repertórios de interação Estado-sociedade compreende a diversidade de estratégias usadas, combinadas e transformadas pelos movimentos sociais como: protestos e ação direta; participação institucionalizada (conselhos, conferências, etc.); política de proximidade; ocupação de cargos na burocracia; entre outras (Abers, Tatagiba & Serafim, 2014).

Partindo do conceito de estruturas relacionais, Gurza Lavalle *et al.* (2019), aproximam a perspectiva dos movimentos sociais com o neoinstitucionalismo ao propor a identificação de sedimentações institucionais da ação ativista e estatal em domínios de agência. Segundo os autores, a ação de atores estatais e da sociedade civil leva à criação de espaços institucionais em que distintas competências e capacidades, inclusive cognitivas (Szwako & Gurza Lavalle, 2019), são privilegiadas na ação dos atores públicos. Essa perspectiva supera uma visão “contextualista” dos processos de associação socioestatal, uma vez que o próprio contexto “opera” por meio de mecanismos intervenientes - institucionais, relacionais, sociais ou simbólicos - na construção histórica dos repertórios de interação.

A abordagem da institucionalização de formas e capacidades de ação — e de produção e reprodução de categorias simbólicas — dos movimentos sociais, contudo, deixa subdesenvolvida a dinâmica da inovação performática dos atores e, consequentemente, da

⁵ Ao longo de sua trajetória intelectual, Tilly lapidou o conceito de repertório, de maneira a responder a críticas e melhor ajustar sua precisão heurística. Em sua última formulação, o repertório manifesta-se composto de performances que são apreendidas e transformadas historicamente pelos atores sociais. Para uma revisão detalhada, ver Alonso (2012).

mudança e consolidação de novos repertórios de atuação. Para esta finalidade, acreditamos que o conceito teórico de gerações é interessante por apresentar um componente identitário, de um lado, e de partilha do sensível (Rancière, 2009), de outro. Segundo Melucci (2001), a construção da identidade coletiva ocorre a partir da rede de relações, interações, comunicações e negociações entre os atores, configurando um “nós” e influenciando a tomada de decisão e o processo de formação, compartilhamento e manutenção de interesses. Snow (2013), por sua vez, utilizando a noção de enquadramentos, chama a atenção para o componente discursivo das visões de mundo criadas pelos antagonismos “nós” *versus* “eles” das identidades coletivas. Utilizando-se de ambos os conceitos, Mendonça, Abreu e Sarmento (2021) apontam para a “partilha de implícitos” na estruturação de “comunidades interpretativas”⁶, que atuam no processo de produção e compreensão de signos e enunciados, dando sentido ao ser e agir no mundo.

As gerações de ativismo alimentar, portanto, seriam comunidades interpretativas solidificadas no tempo, cada qual com sua própria visão de mundo e seus repertórios de interação. Dessa forma, a dimensão geracional complementa e refina a compreensão da formação e mudança dos repertórios ao longo do tempo, assim como o estabelecimento de novos domínios de agência. O Banquetaço realizado em Belo Horizonte no ano de 2019, por sua vez, é marcado pela confluência das duas gerações mencionadas, em coalizão espontânea gerada pelo antagonismo contra o governo Bolsonaro e sua deliberada intenção de extinção dos espaços de participação institucionalizada e experimentalismo da sociedade civil no Estado. Neste evento, a performance adotada é inovadora, pois sobrepõe rotinas de ambas as gerações, suspendendo temporariamente diferenças e conflitos, em prol de uma ação simbólica e emergencial de defesa do CONSEA. É essa suspensão temporária que faz do Banquetaço um caso privilegiado para o estudo da sociogênese de novos repertórios de interação.

A seção seguinte debruça-se sobre a trajetória do Banquetaço, desde sua versão inicial ocorrida em São Paulo em 2017, voltada para a oposição da colonização do alimento por uma política específica de combate à fome, até o Banquetaço-BH realizado em 2019, cuja pauta principal foi a defesa do CONSEA, espaço de participação institucional. Nosso intuito é o de identificar como essa última performance marca uma mudança no ativismo institucional, marcada pelo encontro de ambas as gerações (Portilho, 2020).

O Banquetaço entre duas gerações de ativismo institucional: da revolta contra a Farinata à defesa do CONSEA

O Banquetaço foi criado em 2017 no município de São Paulo para protestar contra a Farinata, mais conhecida como ração humana, que consistia em um alimento granulado à base de restos de arroz, feijão, batata e tomate próximos do vencimento. A proposta da Farinata foi uma iniciativa do prefeito João Dória para combater a fome em São Paulo, a

⁶ Mendonça, Abreu e Sarmento (2021:39) inferem a existência de comunidades interpretativas da linguística, em especial do atravessamento de implícitos. Segundo os autores, tais implícitos somente são decodificáveis na partilha de terrenos comuns por atores em interlocução.

partir da sanção do projeto de lei que instituiu a Política Municipal de Erradicação da Fome e de Promoção da Função Social dos Alimentos e o programa Alimento Para Todos. Dentre suas ações, o projeto previa a distribuição de um biscoito chamado “Allimento” feito à base da Farinata, principalmente para os serviços municipais de assistência social⁷. A compreensão predominante foi a de que a utilização da Farinata para combater a fome contrapõe os princípios do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e o do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2006; 2014), desconsiderando os avanços obtidos nas últimas décadas pelo CONSEA e, em especial, pelo guia alimentar, que prevê o respeito a cultura alimentar e o acesso predominantemente de alimentos in natura ou minimamente processados advindos especialmente das produções de alimentos locais de base agroecológica (Brasil, 2014).

Diante desse contexto e com o intuito de defender e visibilizar o DHAA, chefs de cozinha, agricultoras/es, nutricionistas, participantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e ativistas em geral realizaram um ato político com alimentação, denominado Banquete, ocorrido em frente ao Theatro Municipal de São Paulo em 2017. Foram servidas duas mil refeições com produtos orgânicos locais, doações de temperos e plantas alimentícias não convencionais (PANCs) da horta da Universidade de São Paulo — Horta da USP. Além dos alimentos doados pela Horta da USP, foram recebidas doações de empresas e de centrais de abastecimentos de alimentos. Estas últimas operam a partir do aproveitamento de legumes, verduras e frutas com qualidade para o consumo, mas que de outra maneira seriam descartados por consumidores privados. Após o Banquete e as denúncias sobre as polêmicas envolvendo a falta de informações dos órgãos de vigilância sanitária sobre a produção e o valor nutricional da Farinata, a prefeitura de São Paulo desistiu oficialmente da proposta.

A defesa da alimentação saudável e adequada pode ser identificada como expressão de um conjunto de valores importantes para construção da identidade coletiva dos atores envolvidos com o protesto do Banquete, além da dimensão afetiva e emocional na preparação e consumo de alimentos. Segundo Tarrow (2009), não há uma transformação significativa das reivindicações em ação sem haver também energia emocional. A centralidade da “comida de verdade” e do comer junto, no Banquete, estabelece um processo de construção de uma identidade coletiva (Melucci, 2001) ao mesmo tempo em que cria uma rede de relações entre atores que se interagem, se comunicam e constroem ações políticas com essa temática.

O Banquete pode ser enquadrado no conceito de “ativismo alimentar”, considerado um dos movimentos sociais mais vibrantes da atualidade e que se debruça sobre questões que vão além da comida. É uma vertente do ativismo político, que corre por fora dos partidos, e que emergiu como uma perspectiva mais porosa e criativa de fazer política, sendo recorrentemente associado a causas progressistas e à promoção da equidade e dos direitos das minorias, visando uma transformação da realidade a partir de estratégias coletivas (Dória & Azevedo, 2019:23).

⁷ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/10/24/farinata-allimento-doria-sp/>. Acesso em: 18 jul. 2019.

Nessa perspectiva, o Banquetaço surge no contexto da segunda geração de ativismo no Brasil e evidencia novas estratégias políticas e estéticas com a politização da comida e do comer, articulando novos atores sociais e ambientais vinculados à agroecologia, à gastronomia e aos movimentos sociais do campo. Seu foco são os aspectos culturais envolvidos na produção do alimento e no ato comum de se alimentar. Se o Banquetaço originalmente se opôs a uma ação estatal, foi muito mais no sentido de preservação e reafirmação da comensalidade enquanto esfera cultural da vida cotidiana, do que no de reivindicação de novas ações institucionais. Essa característica também aparece no caso de Belo Horizonte. Conforme Entrevistada A⁸:

O Banquetaço busca trazer um pouco mais dessa discussão da alimentação e do acesso ao alimento dentro da agroecologia para uma prática mais cotidiana, tanto no sentido da diversidade de alimentos e de receitas como na possibilidade de comer aquela comida e na estética do alimento – a possibilidade que nós temos de trazer o alimento para além de matar a fome, mas de outras sensibilidades que nós conseguimos construir com as pessoas (...). Eu acho que o banquete sempre vem muito dessa ideia: ‘a gente vai falar de alimento, mas a gente vai falar de arte e de formas de comer aquele alimento’. O banquete evidencia as possibilidades regionais – o mesmo alimento pode ser comido de várias formas. O Banquetaço é um processo de construção coletiva, mas ele culmina numa coisa visual, uma coisa muito objetiva, numa coisa que encanta, que mata a fome, que vira lembrança, que vira história. Ele cria história (...) ele sim é uma ferramenta, uma metodologia, um instrumento de participação, de construção coletiva, de ocupação da cidade (Entrevistado A. Entrevista concedida no dia 10/09/2020).

Com efeito, segundo André Luzzi, um dos pioneiros do Coletivo Banquetaço, o evento consiste em um “ato-comensalidade”, que buscou chamar a atenção para uma “sociabilidade ancorada na alimentação [de comida de verdade] e no bem-viver” (Minestrone, 2021), na troca de experiências, nos aspectos culturais e nos laços sociais centrados no alimento que conecta todo o sistema alimentar. Assim, mais do que um ato político com alimentação, o Banquetaço configura-se como uma ferramenta e uma metodologia para conscientização sobre as dimensões políticas e estéticas da alimentação, estabelecendo conexões com outras temáticas, criando processos educativos e estabelecendo arenas de participação e construção coletiva no âmbito do ativismo alimentar. Essa visão é corroborada pela Entrevistada A, para quem o Banquetaço-BH é

(...) uma forma ativista de se fazer e discutir o alimento. É uma das mais bonitas, porque eu acho que tem vários símbolos. Primeiro a dimensão da fartura. A fartura é um símbolo muito forte para o povo brasileiro. É muito forte esse lugar do banquete, porque ele toca em várias sensações, que é para além de matar a fome (...). De verdade, eu acho que as coisas acontecem pelo afeto (...). Uma das potências do Banquetaço é a gente ampliar o nosso saber, a nossa identificação do que é comida (Entrevistado A. Entrevista concedida no dia 10/09/2020).

Em 2017 e 2018, isto é, pouco depois do episódio em São Paulo, a metodologia do Banquetaço foi ainda utilizado nas atividades de preparação e de realização do IV Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) em Belo Horizonte, o que favoreceu a sua difusão no

⁸ Por convenção, utiliza-se o gênero feminino para referir-se a todas as pessoas entrevistadas.

âmbito dos movimentos e organizações locais⁹. Nesse momento, seus objetivos permaneceram fieis à versão original.

A mobilização do Banquete-BH em 2019, por sua vez, se iniciou em janeiro por uma rede de atores constituída de lideranças, movimentos e organizações da sociedade civil vinculados à questão da alimentação e saúde e por agricultoras/es e produtoras/es locais e/ou agroecológicos e orgânicos de maneira autônoma, horizontal e comprometida com a construção coletiva. De forma surpreendente, no entanto, a performance belo-horizontina fez parte de um conjunto de outros Banquetes voltados não apenas para o confronto com o Estado, mas para um confronto em defesa de um espaço estatal de participação institucionalizada, notadamente o CONSEA. Essa defesa é surpreendente, já que, como vimos, o Banquete se formou a partir da convergência de pautas políticas e culturais, situando-se deliberadamente no espaço não-institucional das práticas cotidianas, não colonizadas pela política tradicional ou partidária (Dória & Azevedo, 2019). Já o CONSEA é um conselho de políticas públicas conquistado através de um ativismo fortemente conectado ao Partido dos Trabalhadores, a partir da aproximação do grupo mobilizado pela Campanha ação da cidadania contra a fome, a miséria e a vida e pelo movimento ética na política do governo de Itamar Franco, em 1993 (Magalhães, 2021).

Nesse sentido, o ato em defesa do CONSEA marca um momento de mudança na politização do comer e da alimentação, ocorrendo no encontro entre gerações, unidas para reagir a uma perda de um espaço institucional — repertório de participação típico à primeira geração — a partir da aposta no ato simbólico com o comer — uma performance que incorpora diversos elementos trazidos pela segunda geração. Há, nesse sentido, uma coalizão intergeracional, uma vez que a ameaça às construções e às conquistas da primeira geração promovem sua incorporação e sua valorização por ativistas da segunda geração. É o que Fabiana Sanchez Urbal, pioneira do Coletivo Banquete, comenta ao definir a ideia de “coletivo”:

[...] no nosso caso a gente é completamente apaixonado pelo alimento, pela ideia dessa possibilidade de regenerar os sistemas a partir de seu ato de comer, a partir das suas escolhas do dia a dia. (...) Tem um mundo ali. A gente tem hoje no Banquete grupos em 19 estados no Brasil. (...) São desde donas de casa, estudantes, tem cozinheiro, tem muito conselheiro deste eixo de segurança alimentar e nutricional - pessoas que fazem parte deste sistema que a gente defende, **aprendeu a entender e a defender, o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN que desenvolve políticas e planos municipais magníficos pela Defesa ao Direito Humano à Alimentação** (Minestrone, 2021, grifo nosso).

Defendemos que esse encontro revela aprendizados e divergências entre as gerações de ativismo alimentar, constituindo-se em profícua entrada analítica para compreender o momento de sociogênese, isto é, de formação dos repertórios de interação sócio-estatais. A seguinte seção debruça-se sobre o duplo movimento de aprendizagem e de divergência, constitutivo do Banquete-BH.

⁹ Os Encontros Regionais de Agroecologia - ERÊ ocorreram em 2017 como atividades preparatórias do IV Encontro Nacional de Agroecologia - ENA. Disponível em <https://aba-agroecologia.org.br/comida-de-verdade-ocupa-e-colore-as-ruas-no-brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Comer é um ato político: repertórios e inovação no Banquetaço de Belo Horizonte

O Banquetaço foi um evento construído a partir da interseção de múltiplos repertórios de interação estado-sociedade: participação institucional, ativismo burocrático, ato político, protesto em redes sociais e incidência parlamentar. Quando ocorreu em 2019 em defesa do CONSEA, com a proposta de realização simultânea em diversas cidades, a “metodologia” inventada nas versões anteriores foi convertida em um manual¹⁰, com o intuito de orientar a construção de uma performance ampliada, propondo a formação de subgrupos para pensar e organizar a produção de suas várias frentes: incidência política, infraestrutura, cozinha, cardápio, doações, artes, comunicação, mídias¹¹ e segurança. Conforme a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco¹²), mais de 40 cidades brasileiras realizaram o Banquetaço no dia 27 de fevereiro para protestar contra a extinção do CONSEA e em apoio à luta pela produção de alimentos agroecológicos. Tendo como um dos lemas “Comer é um ato político”¹³, milhares de refeições foram preparadas com alimentos doados por coletivos, associações e movimentos populares e distribuídas em praças públicas pelo país. Além do cardápio cultural e político, ocorreram apresentações, rodas de conversa e oficinas durante o ato.

No caso do Banquetaço-BH, é importante contextualizar que na região metropolitana da capital existiam previamente redes e articulações relacionadas à agricultura urbana, agricultura familiar e agroecologia como, por exemplo, a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana - AMAU, a Rede Urbana de Agroecologia - R.U.A. Metropolitana e, ao nível estadual, a Articulação Mineira de Agroecologia (AMA). Essas redes da sociedade civil organizada tiveram um papel importante para a consolidação do Banquetaço-BH, já que historicamente promoveram e ampliaram as práticas de agricultura urbana e agroecologia através de encontros para troca de saberes, intercâmbio de experiências e construção de projetos e eventos com essas temáticas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (Ornelas, 2021). Como afirma uma das entrevistadas.

Eu acredito que Belo Horizonte foi, não por acaso, a maior visualização dos Baquetaços no Brasil, porque a nossa forma de fazer é muito mais interessante. Primeiramente, nós já vínhamos de um processo do encontro de agroecologia, teve o próprio Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), e nós já tínhamos uma discussão mais próxima com os grupos que se articulam entre os movimentos urbanos e rurais como a AMAU e a AMANU. Nós temos uma estrutura de diálogo relevante com chefes de cozinha como a frente de gastronomia mineira e as pessoas vinculadas à economia solidária. Então, essa nossa forma de fazer em Belo Horizonte, ela deu o tom do Banquetaço (Entrevistado B. Entrevista concedida no dia 04/09/2020).

¹⁰ Manual para construção do Banquetaço, Disponível em <http://redesans.com.br/rede/wp-content/uploads/2019/03/banquetaco-saida2.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2019.

¹¹ Foram criadas algumas *hashtags* para ampliar a ação nas redes sociais, reforçando o papel das novas tecnologias e a ação conectiva dessas mídias: #Banquetaço, #VoltaCONSEA, #FomeDeDireitos, #ParticipaçãoPopularJá, #ComidaParaTodos, #BrasilSemFome, #AgroecologiaÉVida, #naoaextincaodoconsea.

¹²Disponível em <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/movimentos-sociais/banquetaco-mobilizou-mais-de-40-cidades-pela-alimentacao-saudavel-e-pelo-retorno-do-consea/39816/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

¹³Manifesto Comida de Verdade, Disponível em http://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2017/06/copy2_of_Manifesto_comidadeverdade.pdf. Acesso em: 19 jul. 2019.

É importante mencionar que a cidade de Belo Horizonte possui ainda uma política municipal de segurança alimentar e nutricional amplamente consolidada, com fortes frentes de atuação no âmbito da assistência alimentar e da agricultura familiar e urbana (Magalhães & Coelho, 2024). O município conta com um conselho municipal de segurança alimentar e nutricional (COMUSAN) ativo e atuante, composto em dois terços por representantes da sociedade civil. Do ponto de vista estadual, o CONSEA MG possui ampla trajetória enquanto instância mediadora e produtora de ações de segurança alimentar e nutricional para o estado de Minas Gerais (Florisbelo, 2020). Ambas as instituições participativas e as respectivas políticas públicas contribuíram para um histórico de ativismo burocrático na região, que também auxiliou a articulação belorizontina do Banquetaço. As subseções, a seguir, resumem os achados da pesquisa em relação aos repertórios desenvolvidos pelo Banquetaço-BH, destacando a contribuição de cada uma das gerações, além de conflitos e aprendizagens.

Aprendendo com a segunda geração: a cultura alimentar em defesa da participação institucionalizada

Mobilizado por ampla rede participativa e em defesa de um espaço institucionalizado, o Banquetaço-BH contou com uma forte presença do ativismo de segunda geração. Isso ocorreu a partir de um diagnóstico de fechamento da política institucionalizada perante a sociedade em geral. Segundo a Entrevistada A:

Nós vamos traduzindo e chegando com essas lutas e esses espaços de construção institucional para mais próximos da sociedade e da nossa construção em outros espaços de luta (...). Às vezes, nós fazíamos um processo de discussão sobre alimentação, mas no espaço só tinha café, biscoito e torrada como lanche (...). Como essas políticas se abrem, como é que esses processos se conectam com outros espaços de luta na cidade? Falar de comida é falar de moradia, é falar de cultura, é falar de ocupação de espaço público, porque tudo está ligado a uma cidade de justiça social que nós queremos com os direitos conectados (Entrevistado A. Entrevista concedida no dia 10/09/2020).

Nessa linha, as análises das informações disponíveis no blog do CONSEA MG e das relatorias disponibilizadas pelos/as organizadores/as permitiram compreender que as principais estratégias do Banquetaço-BH partiram da busca pela interação direta com a população. Tal interação se deu a partir de atravessamentos afetivos e simbólicos que miravam a vida cotidiana, reafirmada e reconfigurada no ato de comer junto um alimento saudável, sustentável e produzido com justiça social. Segundo a Entrevistada B:

O Banquetaço foi uma tentativa, na verdade, de fazer um diálogo mais amplo com a população. Foi talvez o maior espaço de discussão que a gente teve para denunciar o que havia acontecido com a medida provisória 870, que extinguiu o conselho de segurança alimentar e nutricional (...). Foi estratégico para nós porque foi uma forma lúdica, cultural, criativa e ao mesmo tempo de poder contribuir com uma outra forma de mobilização das mobilizações tradicionais que a esquerda tem para que nós pudéssemos discutir a importância do direito à alimentação e como esse direito a

alimentação impacta na vida das pessoas (...). A nossa forma inclusiva de se posicionar, porque se nós estamos falando sobre a fome, nós temos que estar nos espaços onde a pobreza circula, também deu um formato diferente (...). Um ato político para a sociedade. Reoxigenação do que se entende de luta popular. Outras perspectivas que sensibilizam a população, não só sobre comida, mas qual comida (Entrevistado B. Entrevista concedida no dia 04/09/2020).

Do ponto de vista da organização, o Banquetaço-BH ocorreu a partir de uma construção coletiva e aberta para a troca de conhecimento e metodologia entre os movimentos sociais e os atores estatais. Nessa costura, coube ao ativismo institucional (Abers, 2021), representado por ativistas que ocupam cargos da burocracia e gestores públicos sensíveis à pauta, a articulação para obtenção de recursos, por exemplo, a cessão de espaços da Prefeitura de Belo Horizonte para a realização de reuniões de preparação, assim como do espaço físico para armazenamento dos alimentos e preparação dos banquetes na cozinha. Além disso, o maior número de doações de alimentos foi proveniente da Rede de Bancos de Alimentos da Região Metropolitana de Belo Horizonte - equipamento público criado pelo CONSEA MG a partir do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Segundo a Entrevistada B:

Na época, nós tínhamos uma grande articulação com alguns setores do poder público, especialmente com os bancos de alimentos. E por conta dos bancos de alimentos, boa parte também de pessoas da área gastronomia, que nos facilitaram chegar ao local onde foram preparados os alimentos, que era a cozinha do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Assim, essas possibilidades foram articulações necessárias para que nós pudéssemos ter êxito. A grande questão é que nós tivemos pessoas estratégicas (Entrevistado B. Entrevista concedida no dia 04/09/2020).

No entanto, a doação de gêneros orgânicos e agroecológicos, proveniente de agricultores/as que compunham coletivos já estabelecidos, foi igualmente fundamental. Conforme a Entrevistada D, houve:

Alimentos que nós não utilizamos, por exemplo, macarrão, não era a proposta. A proposta era comida de verdade. Nós utilizamos muito mais alimentos in natura que nós recebemos (...) a ONG REDE foi um ator importante nesse processo, ela optou por conversar com os agricultores (Entrevistado D. Entrevista concedida no dia 31/07/2020).

Finalmente, requer destaque a aposta cultural no consumo político, que figura como central na atuação da segunda geração de ativismo alimentar, e esteve fortemente presente no Banquetaço-BH. Para além do combate à fome, a segunda geração está historicamente interessada na dimensão ética e socioambiental do alimento, desde sua produção e comercialização, até o consumo. Com isso, demanda que as políticas públicas preservem e fomentem uma dimensão cultural cotidiana trazida pela alimentação. É para este ponto que chama atenção a Entrevistada D:

Nós entendemos que o alimento vai além do nutriente. Ele é afetividade. Ele tem uma questão toda por trás. Quando você junta, faz uma mesa gigante, ou pequena que seja, e junta pessoas diferentes e pessoas de diferentes estudos. Tinham pessoas em situação

de rua e tinham pessoas com mais instrução, que levaram seu copo e seu prato na mochilinha, como nós orientamos. Você mistura. Tem uma foto de uma mãe de santo ao lado de uma mulher trans. Então assim, a comida faz isso. Eu não conheço nada mais no mundo que faça isso. Então quando você fala, eu vou cozinhar só com comida de verdade, você fala para o Estado que não precisa de agrotóxico, que hoje mata (Entrevistado D. Entrevista concedida no dia 31/07/2020).

Pode-se perceber, portanto, que ao determinar o fim do CONSEA, o governo federal deu oportunidade para que ocorresse um processo pontual de rearticulação dos conselhos locais com as redes de atores sociais, *loci* que haviam se distanciado ao longo das últimas décadas. No caso belo-horizontino, essa parceria ou coalizão ancorou-se na mobilização institucional de espaços de políticas públicas, como a Rede de Banco de Alimentos, mas viabilizou-se, sobretudo pela inclusão de novos atores ligados às arenas da agroecologia e da gastronomia. Com efeito, a defesa do CONSEA atuou como um enquadramento unificador. Mas a posição de vulnerabilidade do conselho nacional, incapaz de se defender pela via institucional ou da política partidária, permitiu que sua defesa se pautasse na crítica feita pela segunda geração de ativismo alimentar à ação estatal, chamando para o centro da estratégia os repertórios que dialogam com a população a partir da dimensão cultural e estética do alimento. É o que argumenta a Entrevistada A:

Muitas pessoas que não conheciam, por exemplo, o CONSEA, puderam conhecer, porque o CONSEA estava num espaço que normalmente ele não está (...). O Banquetaço possibilita as conexões das lutas. Eu acho que hoje, por exemplo, você vê outros movimentos falando da fome de forma muito mais rápida. Não dá mais para dissociar as lutas (...). Quando vocês forem falar de cultura, a comida também tem que estar. Quando vocês forem falar de acesso à saúde, enfim. Várias coisas que para nós são muito óbvias e estão juntas, mas a política vai segmentando. E aí eu acho que no Banquetaço, nós temos o potencial de lembrar que a comida, o direito à alimentação, a soberania alimentar, todas essas discussões atravessam todas as outras discussões de outras lutas também (Entrevistado A. Entrevista concedida no dia 10/09/2020).

A luta institucional e a atuação pautada no ativismo de primeira geração dos desdobramentos e repercussões do Banquetaço-BH

Passado o ato, o conflito pela defesa do CONSEA se prolongou nas instâncias e nos canais institucionais. Cientes da dificuldade de uma mobilização permanente, diversos atores iniciaram, em paralelo ao Banquetaço, uma pressão para incidir sobre parlamentares, visando a construção de audiências, apresentação e aprovação de duas emendas à MP 870/2019: uma delas para supressão do Inciso III do artigo 85 (que alterava a LOSAN e revogava atribuições, composição, *locus* e interlocução do CONSEA) e a outra para inclusão do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional como parte integrante da estrutura do então recém criado Ministério da Cidadania (artigo 24). Conforme os dados no site do CONSEA MG¹⁴, essa política de proximidade e o consequente processo de

¹⁴Sistematização das Emendas apresentadas pelas/os parlamentares à MP870/2019. Disponível em <http://conseaminas.blogspot.com/2019/02/conheciam-as-emendas-medida-provisoria.html>. Acesso em: 19 jul. 2019.

incidência política no parlamento, resultaram em 7 emendas apresentadas pelos parlamentares federais do Estado de Minas Gerais em um total de 56 emendas para defesa do conselho. Indispensável dizer que tais repertórios estão intimamente relacionados ao ativismo de primeira geração.

Apesar do esforço de mobilização, o então presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou o inciso que havia modificado a MP 870 preconizando a recriação do CONSEA nacional. Assim, foi interrompido o processo de organização institucional e comprometidas as condições de realização da 6ª Conferência Nacional. Porém, no âmbito do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) foi deliberada a realização de uma “Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por direitos, democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”¹⁵, que representou um chamado da sociedade civil na busca por um sistema alimentar mais sustentável e justo.

Naquele ano era o ano da Conferência, e o Estado de Minas Gerais e os municípios não queriam bancar as conferências. O Banquetaço nos fortaleceu e conseguimos fazer as conferências bancadas pelos conselheiros. Esses movimentos fortalecem o conselho [estadual] (...) quando você une com a população lá fora, sai e dá visibilidade a esse trabalho, porque lá é um espaço que a gente tem que conversar com a sociedade, com as pessoas e com todo mundo, não é só as entidades discutindo. Na conferência da Região Metropolitana de Belo Horizonte, nós também fizemos um lanche coletivo (Entrevistado C. Entrevista concedida no dia 11/09/2020).

Além das conferências populares, foram criadas novas arenas e fóruns no âmbito federal¹⁶, estadual e municipal que tiveram como tema central a defesa da Segurança Alimentar e Nutricional e da Agroecologia e o fortalecimento do controle social. Em Minas Gerais, foi criada a “Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável”¹⁷, para apoiar e fortalecer os movimentos e coletivos da sociedade civil que atuam nessas áreas. Alguns espaços já existentes ganharam novo fôlego e tração, ampliando a resistência em um cenário de estreitamento das instâncias de participação institucionalizada. Como conta uma das entrevistadas:

No caso de Minas Gerais, eu acho que o Banquetaço foi um ponto crucial para defesa do próprio CONSEA. Muitas das organizações que hoje estão no CONSEA estadual tiveram esse gás para continuar por conta do Banquetaço. Logo após o Banquetaço, inclusive, veio a decisão da reforma administrativa do Governo do Estado de Minas Gerais, mantendo o CONSEA na disputa da narrativa - não ficar na agricultura, do agronegócio, e ir para a SEDESE, secretaria social. Nós sabíamos que isso traria vantagens e desafios (Entrevistado B. Entrevista concedida no dia 04/09/2020).

¹⁵ Carta Convocatória para a Conferência Nacional, Popular e Autônoma. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1YWLOIjcLUQJHuJ8ucVcL8SXfDhqOECbZ/view>. Acesso em: 15 set. 2019.

¹⁶ Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193628>. Acesso em: 20 set. 2019.

¹⁷ Disponível em https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/09/16_audiencia_comissao_popular_agroecologia.html. Acesso em: 20 set. 2019.

Seguiram-se ao ano de 2019 algumas performances similares ao Banquetaço, que podem ser entendidas como uma difusão modular do ato. Em 2020, por exemplo, a então Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, enviou ofício ao Ministério da Saúde, solicitando a urgente revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014). O ofício foi acompanhado de uma nota técnica que negava os malefícios à saúde provocados pelos produtos ultraprocessados, ignorando evidências científicas amplamente aceitas. Como uma das respostas ao que foi considerado um verdadeiro ataque ao Guia Alimentar, ocorreu a ação coletiva denominada como “Marmitaço”, ou seja, uma transformação da performance do Banquetaço no contexto de pandemia para o enfrentamento da fome no país e denúncia dos retrocessos políticos. A ação foi promovida pelo projeto “Gente é pra brilhar, não pra morrer de fome”¹⁸.

Já no ano de 2021, com o aumento da insegurança alimentar e nutricional e a ampliação da fome no Brasil¹⁹ (Galindo *et al.*, 2021), surgiu a campanha nacional de apoio humanitário “Tem Gente Com Fome”²⁰. Tal campanha arrecadou fundos para ações de combate à fome, à miséria e à violência, distribuindo alimentos e produtos de higiene e limpeza pessoal para as 22.895 famílias mapeadas em situação de vulnerabilidade.

Assim, percebe-se que os desdobramentos da defesa ao CONSEA marcaram-se pela retomada dos repertórios de interação típicos da primeira geração do ativismo alimentar: audiências públicas e a mobilização de parlamentares para apresentação de emendas ou projetos de lei, além da assistência alimentar emergencial tomaram a cena, com eventuais mobilizações populares. Isso não significa que houve um distanciamento entre as gerações, nem que a segunda geração deixou de atuar em prol da manutenção ou, posteriormente, da recriação do CONSEA, mas sim que foram canalizados esforços para o âmbito institucional, ao qual caberia, em última instância, a competência acerca dos espaços formais de participação.

Convergências e divergências: o legado do Banquetaço para o ativismo alimentar

O Banquetaço enquanto ato-comensalidade mobilizado em defesa de espaços institucionais de participação social, capaz de articular, de forma inovadora, elementos presentes nos repertórios da primeira e da segunda gerações do ativismo alimentar no Brasil, permite identificar alguns conflitos e questões que permanecem em aberto. O ponto

¹⁸ Organizado pelo coletivo Banquetaço, em parceria com organizações do terceiro setor, como Slow Food, Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável e Gastromotiva, a campanha realizou ações importantes na Semana Mundial da Alimentação, celebrada desde 1954 pela Organização das Nações Unidas - ONU, e contou com a participação de instituições que distribuíram alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CGc1vOvnGmn/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

¹⁹ Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, pesquisa realizada pela Rede Brasileira em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Disponível em http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 20 ago. 2021.

²⁰ A campanha foi uma iniciativa conjunta da Coalizão Negra por Direitos, Anistia Brasil, OXFAM Brasil, Redes da Maré, 342 artes, ABCD Brasil, NOSSAS, Instituto Ethos, Orgânico Solidário e Grupo Prerro. Disponível em <https://www.temgentecomfome.com.br/>. Acesso em: 15 jun. 2021.

central aponta para a difícil tarefa de compatibilização da dimensão cultural do alimento com o circuito institucionalizado da política de segurança alimentar e institucional.

Nessa linha, a Entrevistada A destaca a necessidade de alteração no formato de atuação do conselho e da política pública:

Os conselhos, eles tendem a ser muito fechados. Por mais que sejam espaços da sociedade civil, não são espaços da inovação política, da reinvenção do processo de fazer, tem um formato que é meio tradicional que é quase uma versão sindicalizada do processo aberto (...) É sempre um formato de fazer política mais antiga (...) Não é deslegitimar a luta do CONSEA - de jeito nenhum. Mas quantos anos o CONSEA tem? A sociedade e a política mudam. Se as instituições não acompanham, alguma coisa está errada. O CONSEA - e qualquer outro espaço - não dá para fazer a mesma reunião que fazia há trinta anos atrás, não dá para conectar com os mesmos atores, não dá para pensar a cidade do mesmo jeito, ocupar do mesmo jeito. Tudo tem que ser ressignificado. Então, nesse sentido, muitas pessoas que não conheciam o CONSEA puderam conhecer, porque o CONSEA estava em um espaço que ele normalmente não está. E as pessoas não estão ali falando de comida, elas estão falando de hip hop, de cultura, de arte, de droga, de sexo, de família, de opressão policial, enfim, de tudo que acontece debaixo do viaduto historicamente. E agora elas estão falando de comida debaixo do viaduto. E eu acho isso maravilhoso (Entrevistado A. Entrevista concedida no dia 10/09/2020).

Já a Entrevistada B destaca os desafios inerentes à mobilização permanente nos moldes articulados pelo Banquetaço-BH vis-à-vis a estratégia desenhada no âmbito dos movimentos sociais característicos da primeira geração.

O que eu acho que é desafiador é como que a gente vai conseguir sustentar ao longo de um processo de tempo ações parecidas [com o Banquetaço], ações que dialogam sobre a mesma perspectiva. (...) A sabedoria de como agir é mais importante do que a vontade de agir de uma forma não planejada. E ao mesmo tempo, as nossas ações de rua dependem dessa articulação entre o novo - os movimentos mais novos, mais oxigenados, mais articulados — com os movimentos que têm mais entendimentos políticos sociais, condições maiores de mobilização (...) Essa construção popular das ruas hoje está muito difícil. Eu acho que o Banquetaço passou a não ter uma continuidade enquanto um movimento que vai para a rua, talvez um pouco por conta disso (Entrevistado B. Entrevista concedida no dia 04/09/2020).

De maneira geral, a pesquisa revela como os repertórios de interação são mobilizados por comunidades interpretativas que partem de visões de mundo muito distintas a respeito do Estado, da sociedade e dos sentidos mobilizados pelo ativismo alimentar. Como se viu, o Banquetaço parece ter se constituído a partir de um aprendizado mútuo. De um lado, o entendimento por parte dos ativistas de segunda geração da relevância e da riqueza de um profundo sistema institucional de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional, que se viu ameaçado por um processo global de dismantelamento do setor público. Esse aprendizado tenciona as premissas de atuação desse conjunto de ativistas, já que exige o reconhecimento de que tal sistema é condição necessária, ainda que insuficiente, para o avanço das pautas culturais envolvidas na defesa da comensalidade e da comida de verdade. Como corolário, tem-se que a batalha institucional é em grande medida inescapável, já que o Estado não apenas compete pela significação cultural do

cotidiano, como tem atuação importante para garantir um sustento material mínimo para parte relevante da população vulnerável.

Por outro lado, tem-se a compreensão, por parte dos ativistas de primeira geração, de que houve um distanciamento dos circuitos institucionais da vida cotidiana dos cidadãos, em uma sociedade que se transforma profunda e rapidamente. Esse aprendizado, por sua vez, coloca em xeque a aposta exclusiva nas instâncias político-partidárias e ou burocráticas da ação estatal, advertindo que a perda do debate nas ruas implica no estreitamento do que era aparentemente sólido, isto é, das bases normativas que autorizam e definem o rumo das políticas públicas. Como corolário, tem-se que os aspectos culturais não podem ser negligenciados, sob pena de uma completa ressignificação que leva à desqualificação daquilo que antes era entendido como uma atuação estatal positiva ou mesmo necessária.

O quadro abaixo sintetiza a discussão realizada nessa seção, identificando os repertórios de interação mobilizados pelo Banquete-BH e seus desdobramentos com cada uma das gerações, bem como expondo as divergências/disputas e as convergências/aprendizagens que eles impõem sobre a identidade e a visão de mundo de ambas as comunidades discursivas.

Quadro 01 - Sistematização da relação entre as gerações de ativistas alimentares no âmbito do Banquete-BH			
Principais Repertórios		Divergências e Disputas	Convergências e Aprendizagens
1ª Geração de Ativismo Alimentar (início na década de 1940)	Participação institucionalizada, ativismo burocrático e política de proximidade, com formulação de críticas éticas sobre a fome e na politização da alimentação na esfera institucional - aposta na atuação estatal, na construção de espaços institucionais e de políticas públicas e na consolidação da exigibilidade do direito humano à alimentação adequada, que deveria ser provido pelo Estado.	Preocupa-se com a construção e permanência histórica de processos sociopolíticos mais amplos. Reforça o imenso impacto social oriundo da institucionalização de políticas públicas de superação da fome e promoção da segurança alimentar e nutricional. Alerta sobre os custos decorrentes da sustentação da mobilização política no tempo.	Compreensão de que houve um distanciamento dos circuitos institucionais da vida cotidiana dos cidadãos. Ou seja, coloca em xeque a aposta exclusiva nas instâncias político-partidárias e ou burocráticas da ação estatal. Além disso, os aspectos culturais não podem ser negligenciados.
2ª Geração de Ativismo Alimentar (início na década de 1960)	Ação direta e consumo alimentar, com ampliação das questões e temáticas sobre a alimentação e a fome, elaboração de novas estratégias políticas e estéticas - apresenta uma aposta cultural de transformação a partir da defesa e ressignificação do	Ativismo político que corre por fora dos partidos e das instituições políticas. Critica à participação institucionalizada e reforça tanto a importância de qualificar esses espaços de participação, como a necessidade de conjunção dos repertórios para ampliar os	Relevância e riqueza de um profundo sistema institucional de combate à fome e de promoção da segurança alimentar e nutricional - condição necessária, ainda que insuficiente, para o avanço das pautas culturais envolvidas na defesa da comensalidade e da comida de verdade. Ou seja, a

espaço cotidiano da comensalidade, com ação local, críticas às corporações agroalimentares e denúncias estruturais da sociedade, articulando novos atores sociais e ambientais vinculados à agroecologia, à gastronomia e aos movimentos sociais do campo.	efeitos nas políticas públicas. O consumo político é central na atuação da segunda geração e configura uma nova categoria para compreensão do repertório de interação Estado-sociedade no âmbito da política alimentar.	batalha institucional é em grande medida inescapável, já que o Estado não apenas compete pela significação cultural do cotidiano, como tem atuação importante para garantir um sustento material mínimo para parte relevante da população vulnerável.
--	---	---

Fonte: Elaboração própria.

Por certo, a pergunta sobre se a performance do ato-comensalidade terá ou não gerado bases para a conformação de um novo repertório de interação sócio-estatal não pode ser respondida no presente trabalho. Entretanto, as distintas noções de ativismo, bem como os diferentes entendimentos sobre o que constitui a essência da questão alimentar no país, revelados pela mobilização específica dos repertórios de ação característicos das primeiras e segunda gerações, evidenciam um processo de mudança que está em pleno acontecimento e se pauta a um só tempo por coalizões, acordos e disputas. Compreender esse processo é absolutamente relevante para o entendimento da configuração atual e futura das políticas alimentares no país.

Considerações finais

O presente trabalho, de natureza exploratória, analisou o Banquetaço-BH, compreendido como performance conectada a repertórios característicos da primeira e da segunda geração de ativismo alimentar no Brasil. O estudo de caso baseou-se na pesquisa e análise documental de conteúdo das reportagens do surgimento do movimento do Brasil e dos documentos disponíveis no blog do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG), além da realização de 4 entrevistas semiestruturadas, de junho a agosto de 2020 com atores-chaves da organização do ato e que participaram do evento.

De maneira geral, a premissa de que há um processo de transformação dos repertórios do ativismo institucional no Brasil mostrou-se plausível como chave de leitura do Banquetaço-BH, já que foi possível identificar não só a experimentação combinatória dos repertórios, mas também um legado conformado por disputas e aprendizagens. Assim, o Banquetaço-BH indica que houve certa compreensão, por parte da primeira geração de ativismo alimentar, a respeito do distanciamento das instâncias de participação institucionalizada da população em geral advinda da negligência aos aspectos culturais e interseccionais trazidos pela comida de verdade e pela comensalidade. Por outro lado, o ato mostrou-se insuficiente diante das ameaças institucionais vivenciadas naquele momento, reforçando, para a segunda geração, a importância de complementação da aposta

cultural não apenas pela mobilização via política tradicional, mas também no reconhecimento da contribuição fundamental de uma atuação sistemática de um conjunto de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional consolidado ao longo das últimas décadas.

O estudo não permite a realização de inferências acerca da continuidade ou descontinuidade de uma atuação conjunta de ambas as gerações, como a que efetivamente ocorreu no momento crítico de desmantelamento do ecossistema institucional alimentar, permitindo a reação representada pelo conjunto de Banquetes do qual fez parte o Banquete-BH e seus desdobramentos. O que se pode afirmar, apoiado nos achados e na literatura mobilizada, é que os repertórios mobilizados pelo ativismo institucional se conectam às dimensões identitárias, profundamente arraigadas no âmbito das gerações. Compreendidas como comunidades interpretativas, essas mobilizam-se a partir de uma visão partilhada de mundo, que significa de forma distinta o alimento, bem como os papéis atribuídos ao Estado, à sociedade civil e mesmo ao público, tomado em sentido amplo. Dessa forma, o aprofundamento das interseções entre essas comunidades, isto é, entre essas gerações nos parece uma importante agenda de pesquisa no campo do ativismo alimentar.

Referências

- ABERS, Rebecca N. (2021). *Ativismo institucional: criatividade e luta na burocracia brasileira*. Brasília, Editora UnB.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. (2014). “Repertórios de interação Estado-Sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência na era Lula”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, pp. 325 a 357. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/0011-5258201411>
- ALMEIDA, Debora R.; VIEIRA, Anne Karoline R.; KASHIWAKURA, Gabriella T. (2020). “Instituições participativas e repertórios de interação: os Conselhos Nacionais de Saúde e Assistência Social no contexto de impeachment”. *Revista do Serviço Público*, v. 71, pp. 140-170. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.21874/rsp.v71i1.3516>
- ALONSO, Angela. (2012). “Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito”. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, pp. 21-41. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2006). *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. Brasília, Ministério da Saúde.
- BRASIL. Ministério da Saúde. (2014). *Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável*. Brasília, Ministério da Saúde.
- CARLOS, Euzeneia. (2015). “Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais”. *Interseções*, v. 17 n. 1, pp. 15-53. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.12957/irei.2015.18042>
- CONSEA MG. (2019). “Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais”. *Nota da sociedade civil e apoiadores do Consea-MG contra a extinção do Consea Nacional*. [Consult. 09-07-2019]. Disponível em <http://conseaminas.blogspot.com/2019/01/nota-da-sociedade-civil-e-apoiadores-do.html>

- DIAS, Juliana; LUZZI, André. (2020). “Cultura alimentar nas políticas culturais do Brasil: Debate construído pela participação popular e incidência política ganha força na Lei Aldir Blanc”. *LeMonde Dilomatique Brasil*. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://diplomatie.org.br/cultura-alimentar-nas-politicas-culturais-do-brasil/>
- DÓRIA, Carlos Alberto; AZEVEDO, Elaine. (2019). “Banquetaço: ativismo alimentar e a construção de novas formas de expressão política”. *LeMonde Dilomatique Brasil*. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://diplomatie.org.br/banquetaco-ativismo-alimentar/>
- GALINDO, Eryka; TEIXEIRA, Marco Antonio; ARAÚJO, Melissa de; MOTTA, Renata; PESSOA, Milene; MENDES, Larissa; RENNÓ, Lúcio. (2020). “Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil”. *Food for Justice Working Paper Series*, n. 4 (2a ed.). Berlin, Food for Justice, Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy.
- GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia, DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. (2019). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro, Eduerj.
- FLORISBELO, Glaucio R. (2020). *A trajetória do CONSEA-MG na mediação da política de segurança alimentar e nutricional sustentável de Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa.
- MAGALHÃES, Bruno D. (2021). *Mudança e continuidade de políticas públicas: o caso da segurança alimentar e nutricional de Belo Horizonte*. Dissertação (Mestrado em Análise de Políticas Públicas) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MAGALHÃES, Bruno D.; COELHO, Fernando de S. (2024). “De volta ao mapa da fome no Brasil: reaprendendo com as inovações locais a partir da política pública de segurança alimentar de Belo Horizonte”. *Gestão & Regionalidade*, v. 39, pp. 1-19. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.13037/gr.vol39.e20238622>
- MELUCCI, Alberto. (2001). *A Invenção do Presente: Movimentos Sociais nas Sociedades Complexas*. Petrópolis, Vozes.
- MENDONÇA, Ricardo F.; ABREU, Mariana; SARMENTO, Rayza. (2021). “Repertórios discursivos e disputas políticas contemporâneas”. *Novos Estudos CEBRAP*, v 40, n. 1, pp. 33-54. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.25091/s01013300202100010002>
- MINISTRONE. (2021). “Episódio 45 - Banquetaço. Entrevista com Fabiana Sanches Urbal e André Luzzi”. *Podcast Ministrone*. [Consult. 03-07-2022]. Disponível em <https://www.ministrone.com.br/podcast/banquetaco-coletivo-em-defesa-da-alimentacao/>
- ORNELAS, Gabriel M. (2021). *Agroecologia e Política: ações coletivas e institucionalização da agroecologia no município de Belo Horizonte (1993-2020)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 166.
- PORTELHO, Fátima. (2020). “Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil”. *Redes*, v. 25, n. 2, pp. 411-432. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.15088>
- RANCIÈRE, Jacques (2009). *A partilha do Sensível: estética e política*. São Paulo, Editora 34.
- SCHMITT, Claudia J. (2016). “A Transformação das ‘Ideias Agroecológicas’ em Instrumentos de Políticas Públicas: dinâmicas de contestação e institucionalização de novas ideias nas políticas para a agricultura familiar”. *Política & Sociedade*, v. 15, pp. 16-48. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15nesp1p16>
- SCHUBERT, Maycon N.; PORTELHO, Fátima. (2023). “Ativismo alimentar e consumo político alimentar – uma análise a partir da Teoria das Práticas Sociais”. In: Schubert, Maycon; Tonin, Jeferson; Schneider, Sérgio. (Orgs). *Desafios e tendências da alimentação contemporânea consumo, mercados e ação pública*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, pp.10-19



- SNOW, David A. (2013). “Identity Dilemmas, Discursive Fields, Identity Work, and Mobilization: Clarifying the Identity - Movement Nexus” in J. van Stekelenburg, C. Roggeband and B. Klandermans (orgs). *The Future of Social Movement Research: Dynamics, Mechanisms, and Processes*. Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 263-280.
- SZWAKO, José; GURZA LAVALLE, Adrian. (2019). “Seeing like a social movement: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas”. *Novos estudos CEBRAP*, v. 38, n. 2, pp. 411-434. [Consult. 20-09-2024]. Disponível em <https://doi.org/10.25091/S01013300201900020009>
- TARROW, Sidney. (2009). *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes.
- TILLY, Chales. (2008). *Contentious performances*. Cambridge, Cambridge University Press.

Gabriel Mattos Ornelas

 <https://orcid.org/0000-0002-6881-1278>
 <http://lattes.cnpq.br/5972709152749623>

Doutorando em Educação, Mestre em Ciência Política e Graduado em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG) e dos grupos de pesquisas em Políticas Públicas em Saúde e em Estado, Democracia e Políticas Públicas da Fundação João Pinheiro (FJP). E-mail: gabriellornelas@gmail.com

Melissa Luciana de Araújo

 <https://orcid.org/0000-0002-9932-2135>
 <http://lattes.cnpq.br/8527705219144580>

Doutora em Saúde e Nutrição pela Universidade Federal de Ouro Preto, Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialista em Educação Alimentar e Nutricional pelo Centro Universitário UNA e Graduada em Nutrição pelo Centro Universitário Newton Paiva. Docente das Faculdades Kennedy/Promove, Pesquisadora do Grupo de Estudos em Agricultura Urbana (AUÊ!/UFMG). E-mail: melissaluciana20@gmail.com

Bruno Dias Magalhães

 <https://orcid.org/0000-0001-6759-6249>
 <http://lattes.cnpq.br/2424518337395565>

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Mestre em Democracia y Buen Gobierno na Universidad de Salamanca. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e em Administração Pública pela Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. Professor da Escola de Governo Prof. Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro. E-mail: bruno.magalhaes@fjp.mg.gov.br